

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, setembro de 2020, número 153. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

OS MOVIMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ: RESISTÊNCIAS E INCERTEZAS DOS CAMPONESES NO COMPLEXO CAJATI EM CASCAVEL/PR

ARTIGO DO MÊS

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE CAMPONESA E NOVAS TERRITORIALIDADES

Accesse aqui: <https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/periodicos-dataluta/boletim-dataluta/>

EVENTOS

XXV Encontro Nacional de Geografia Agrária – ENGA 2021

UEPA/Belém – Pará, 07 a 14 de abril de 2021.

XX Encontro Nacional Geógrafas e Geógrafos – ENG 2021

USP/São Paulo – São Paulo, julho de 2021 (data a definir).

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



Experiências históricas de Reforma Agrária no mundo.

Org.: João Pedro Stédile.

Este livro, primeiro volume de uma coleção sobre a reforma agrária no mundo, apresenta o debate em torno das diferentes experiências de reforma agrária nos diferentes países, uma vez que o conhecimento destas experiências é uma grande lacuna imposta a nós pela hegemonia dos interesses do capital e do latifúndio como um todo.



Webinar DATA LUTA

Realização: DATA LUTA.

Canal de webinars da Rede DATA LUTA, a rede de grupos de pesquisas em Geografia Agrária mais ampla do Brasil. Confira os vídeos que já estão disponíveis, resultados de seminários virtuais com os mais variados temas!

Para ver:

<https://www.youtube.com/c/REDEDATALUTA/videos>.

Rede

Rede



PodCast Unesp – Pod Territorial.

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre Reforma Agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social.

Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.

EQUIPE:

Revisão e Edição: Danilo Valentin Pereira, Lucas Pauli (bolsista FAPESP), Lara Dalperio Buscioli (bolsista FAPESP), Aline Albuquerque Jorge (bolsista Capes), Angela dos Santos Machado (bolsista Capes), Lucas de Brito Wanderley (bolsista Capes) e Guilherme Magon Whitacker (bolsista FAPESP).

Coordenação: Janaina F. S. C. Vinha, Eduardo P. Girardi, Valmir J. de O. Valério (bolsista FAPESP) e Danilo Valentin Pereira.

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em

<https://www.fct.unesp.br/#!/pesquisa/dataluta/rede-dataluta/>

OS MOVIMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NO PARANÁ: RESISTÊNCIAS E INCERTEZAS DOS CAMPONESES NO COMPLEXO CAJATI EM CASCAVEL/PR

GEOLUTAS¹

Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade

INTRODUÇÃO

A questão agrária brasileira se relaciona de maneira direta com a conjuntura política do país e se materializa de diversas formas, podendo ser visualizada através do aumento das ocupações de terras e criação de assentamentos rurais, pelo montante de recursos destinados à reforma agrária ou as políticas públicas para a agricultura camponesa, também por meio da violência (direta ou indireta) que ocorre no campo, afetando camponeses e indígenas.

Os últimos acontecimentos na história recente do Brasil expõe claramente a relação entre a violência no campo e conjuntura política do país. Talvez o exemplo mais significativo tenha sido o golpe político/jurídico/midiático/agrário de 2016, agravado com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil. Como sintomas dessa onda conservadora o Estado intensificou ações contra os camponeses, endossando a ofensiva da bancada ruralista frente aos movimentos sociais do campo. A extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e conseqüentemente de programas que fomentavam a produção camponesa, se inscreve neste contexto. Mais representativo ainda são os ataques aos territórios ocupados, visto diante da crescente escalada da violência no campo em todo o país desde 2016.

Esta verdadeira cruzada contra os movimentos camponeses não restringiu-se apenas as ações federais, vários mandados estaduais foram expedidos. De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Paraná foi o estado em que teve o maior aumento no número de ocorrências relacionadas à violência contra a ocupação e posse, passando de 17 em 2018 para 72 em 2019 (CPT, 2020), resultado de um discurso governamental que prega a criminalização dos movimentos sociais do campo. Muitas destas ações são marcadas por violência direta, praticadas por agentes do Estado, como no caso da reintegração de posse do acampamento Companheiro Sétimo Garibaldi, em Querência do Norte. Outras são ações executadas pelos próprios latifundiários e seus “pistoleiros” como ocorrido em 03 de julho de 2020 no acampamento Valdair Roque, localizado no município de Quinta do Sol, episódio em que os camponeses foram atacados por 14 homens armados que com a utilização de tratores e máquinas agrícolas destruíram as plantações existentes no local².

Neste contexto, além da resistência inerente ao campesinato, durante a pandemia do vírus Sars-Cov-2 causador da doença COVID-19, temos visualizado um conjunto de ações solidárias (mas que também o são de enfrentamento) realizadas pelos camponeses, especialmente aqueles organizados no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Assim, alimentos produzidos por camponeses acampados e assentados foram/estão sendo distribuídos gratuitamente em diversas comunidades urbanas e rurais do estado do Paraná. Tais atos demonstram a importância na retomada de programas que promovam a soberania alimentar entre os povos. Para além, a necessidade da reforma agrária, de modo que sejam garantidos os direitos básicos presentes na constituição de 1988. Esta proposta afeta também

¹ Alan Denizzar Limeira Coutinho; Caroline Ester Moellmann; Djoni Roos; Edson Luiz Zanchetti da Luz; João Edmilson Fabrini; Juscelino Martins Costa Junior; Leandro Neri Bortoluzzi; Mariângela Lurdes de Borba. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

²<https://mst.org.br/2020/07/03/comunidade-do-mst-tem-lavouras-destruidas-por-fazendeiro-e-capangas-no-parana/>

povos indígenas, constantemente atacados, os quais encontram-se ainda mais vulneráveis durante a pandemia.

As ações de solidariedade presentes neste período reforçam positivamente a importância da produção de alimentos saudáveis e a garantia de segurança alimentar para famílias em condições de vulnerabilidade social, situação amplificada nas comunidades indígenas com a pandemia. O retrocesso evidente com a não demarcação da Terra Indígena Guassu Guavira na mesorregião Oeste do Paraná, a constante perseguição e ataques violentos e assassinatos aos Guaranis, tem colocado essas comunidades em condições precárias para a sobrevivência.

A distribuição de alimentos no estado do Paraná, desde o início da pandemia, envolveu 120 assentamentos rurais e 52 acampamentos do MST de 79 municípios de todas as regiões do estado. Do montante de 430 toneladas de alimentos doadas no Paraná, 25 toneladas saíram dos acampamentos e assentamentos da mesorregião Oeste. Esses alimentos doados não são simplesmente comida, mas se configuram como uma alimentação saudável, que além de conceder uma soberania alimentar a população em vulnerabilidade, ajuda, por meio de nutrientes, a fortalecer a sua imunidade.

Esta prática, desenvolvida pelos camponeses, marcou de forma simbólica a comemoração dos 36 anos de existência do Movimento, ao tempo em que se lançou o Plano Emergencial da Reforma Agrária como ferramenta capaz de garantir renda, saúde e alimentação a população brasileira.

Nesse contexto em que os camponeses criam formas de resistência e solidariedade, temos acompanhado as tentativas de expulsão destes sujeitos do campo.

DESPEJOS DE CAMPONESES SEM-TERRA E FORMAS DE RESISTÊNCIA

Em 2019, registrou-se no Paraná a execução de dez ações de reintegração de posse (despejos) de camponeses sem-terra acampados. Com isso, centenas de famílias perderam suas casas, plantações e criações que possuíam há muitos anos e foram obrigadas a migrar (muitas vezes para as periferias urbanas) em busca de sobrevivência. Atualmente, durante a pandemia da COVID-19, esses mandados foram suspensos pelo Ministério Público Federal, mas o estado de alerta e medo permanece. Abaixo apresenta-se uma relação dos despejos ocorridos no ano de 2019, registrados pelo do Banco de Dados da Luta pela Terra no Paraná (Dataluta/PR).

Quadro 1: Despejos realizados no estado do Paraná em 2019.

LOCAL	MUNICÍPIO	ÁREA	OCUPADA DESDE	Nº DE FAMÍLIAS	DATA DO DESPEJO
Fazenda Jangadinha	Cascavel	175 ha	1996	35	15/05/2019
Fazenda Ronda	Mangueirinha	481 ha	2009	40	11/06/2019
Fazenda Janene	Londrina	300 ha	2015	250	30/07/2019
Fazenda Gasparetto	Lindoeste	405 ha	2013	45	2019
Fazenda Trento	Lindoeste	470 ha	2005	30	2019

Fazenda Rio Azul	Roncador	52,5 ha	2017	50	12/09/2019
Fazenda Prudentina	Laranjal	852,9 ha	2016	54	19/09/2019
Acampamento Ester Fernandes, Fazenda Palheta	Alvorada do Sul	692 ha	2009	50	31/10/2019
Pré-Assentamento Santa Rita	Mariluz	169 ha	2009	9	18 a 23/11/2019
Acampamento Companheiro Sétimo Garibaldi, Faz São Francisco	Querência do Norte	850 ha	2018	50	03/12/2019
TOTAL		4447,4 ha		613	

Fonte: DATALUTA (2020)

É importante destacar duas condições basilares que relacionam os dez despejos ocorridos no estado do Paraná em 2019. Em todos eles chama a atenção o uso expressivo de contingente da polícia militar do estado, assim como, contra a grande maioria das áreas ocupadas existem inúmeros processos ilegais, tais como: denúncias de corrupção e fraude, grilagem de terras, trabalho escravo, dívidas trabalhistas ou com o Tesouro da União, terras improdutivas entre outras que é possível visualizar na sistematização que segue.

- a. Fazenda Jangadinha, no município de Cascavel. A área de 175 hectares era ocupada por 35 famílias desde 1996. No dia 15 de maio de 2019, onze famílias foram despejadas por mais de 100 policiais militares;
- b. Fazenda Ronda (Invernada do Nardo), no município de Manguaçu. A área de 481 hectares era ocupada por 40 famílias desde 2009 e estava em processo de aquisição pelo INCRA em função de dívidas com o Tesouro Nacional. No dia 11 de julho de 2019 os camponeses sem-terra foram despejados por aproximadamente 100 policiais militares;
- c. Fazenda Janene, no município de Londrina. A área de 300 hectares estava ocupada por 250 famílias desde 2015 como forma de denúncia as ilegalidades de corrupção e fraude existentes na obtenção da mesma. O despejo das famílias foi realizado no dia 30 de julho de 2019;
- d. Fazenda Gasparetto, no município de Lindoeste. A área de 405 hectares estava ocupada por 45 famílias desde 2013, as quais reivindicavam a mesma por se tratar de terras públicas, ou seja, da União;
- e. Fazenda Trento, no município de Lindoeste. A área de 470 hectares estava ocupada por 30 famílias desde 2005, as quais reivindicavam a mesma por se tratar de terras públicas, ou seja, da União;

- f. Fazenda Rio Azul, no município de Roncador. A área de 52,5 hectares (105 alqueires) estava ocupada por 50 famílias desde outubro de 2017. O despejo das famílias foi realizado no dia 12 de setembro de 2019;
- g. Fazenda Prudentina, no município de Laranjal. A área de 852,9 hectares estava ocupada por 54 famílias que viviam nesta desde 2016, quando o governo federal declarou a mesma como de interesse social com base na avaliação de improdutividade feita pelo INCRA em 2010. O despejo das famílias foi realizado no dia 19 de setembro de 2019;
- h. Acampamento Ester Fernandes, fazenda Palheta, no município de Alvorada do Sul. A área de 692 hectares estava ocupada por 50 famílias desde 2009. A área em disputa está sob domínio do grupo Atalla, proprietário da Usina Central do Paraná e foi classificada pelo INCRA como grande latifúndio improdutivo ainda 2008. Além das terras serem consideradas improdutivas, o grupo Atalla acumula dívidas de aproximadamente R\$ 650,2 milhões com a União e foi flagrado com trabalhadores em situação análoga à escravidão. O despejo das famílias foi realizado no dia 31 de outubro de 2019.
- i. Pré-Assentamento Santa Rita, no município de Mariluz. Área de 70 alqueires estava ocupada desde 2009 por 09 famílias. O despejo das famílias foi realizado na semana do dia 18 a 23 de novembro de 2019.
- j. Acampamento Companheiro Sétimo Garibaldi, fazenda São Francisco, no município de Querência do Norte. A área estava ocupada desde 2018 por 50 famílias. A ação de despejo contou com 150 policiais, 400 viaturas e 1 helicóptero. O despejo foi realizado no dia 03 de dezembro de 2019.

Como apresentam os dados do Dataluta/PR, 613 famílias foram despejadas no Paraná ao longo do ano de 2019. Trata-se de famílias que de maneira repentina perderam sua moradia e a oportunidade de produzirem seu próprio sustento. Há ainda no Paraná um conjunto de 7.000 famílias que vivem em 70 acampamentos, destes, aproximadamente 20 acampamentos possuem autorização do Estado para serem despejados e outros 50 estão ameaçados (CEBs, 2019). Dentre os que possuem autorização para o despejo encontram-se os acampamentos Dorcelina Folador, Resistência Camponesa e Primeiro de Agosto localizados no complexo de fazendas Cajati no município de Cascavel.

A concretização desta ação colocará em situação de vulnerabilidade aproximadamente 525 pessoas. Diante de mais esta intimidação os camponeses ameaçados de expulsão no município de Cascavel iniciaram, em dezembro de 2019, a “Vigília Resistência Camponesa: por terra, vida e dignidade”. As vigílias estão entre os tipos recorrentes de manifestações políticas dos movimentos de luta pela terra, dos povos das águas e das florestas, caracterizam-se como ações passivas de não enfrentamento. Este tipo de manifestação se assemelha a uma greve de fome, jejum ou mesmo uma celebração religiosa, são ações que diante do caráter emblemático e a originalidade buscam fugir do aparato repressor (FELICIANO, 2009).

Neste tipo de ação ocorre também uma disputa por território, ainda que o espaço ocupado seja imaterial, pois conforme Feliciano (2009, p.133) estas ações buscam “[...] ocupar em uma perspectiva simbólica de sensibilizar uma luta, que, muitas vezes, é interpretada como passível de ações radicais e desordeiras”.

Ao longo da última década, em todos os anos foram registradas manifestações do tipo vigília, conforme consta na Tabela 1. A quantidade de ações manteve-se estável, com exceção ao ano de 2016. Neste caso em particular houve a realização de 9 vigílias simultâneas em diversas localidades na Bahia em memória do dirigente do MST Fábio Santos, assassinado em 2013. Ainda em 2016 foram realizadas outras 9 ações de vigília no estado de Goiás em protesto contra a prisão política de integrantes do MST, que foram enquadrados na lei antiterrorismo.

Tabela 1: Número de vigílias 2010 a 2019.

ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	TOTAL
Vigílias	9	4	2	4	3	4	21	4	6	10	67

Fonte dos dados: CPT, 2020.

Como podemos ver as ações socioespaciais do tipo vigília fazem parte da história dos movimentos sociais do campo e ao decorrer da última década soma-se 67 ações desta natureza. E foi com o caráter pacífico e solidário, mas também de protesto e disputa pelo território imaterial que em dezembro de 2019, deu-se início a Vigília Resistência Camponesa. A ação ocorreu às margens da rodovia federal BR 277 no município de Cascavel (PR) com objetivo de repudiar o pedido de reintegração de posse e reafirmar a permanência dos camponeses das comunidades Resistência Camponesa, Dorcelina Folador e Primeiro de Agosto.

Com trabalho em mutirão, foram construídos bancos de madeira, um fogão à lenha erguido com tijolos e argila, balanços para as crianças e estruturas cobertas com lona para proteger os participantes do sol forte ou da chuva. Uma feira é montada todos os dias para expor sementes crioulas e alimentos produzidos pelas famílias acampadas. Faixas e bandeiras são fixadas à beira da rodovia para apresentar a mobilização aos que passam pelo local (MST, 2020).

A organização da Vigília Resistência Camponesa é realizada pelos próprios trabalhadores que ali residem, assim a rotina da ação também segue a rotina dos trabalhos na roça. *“Por ser uma região de temperaturas quentes durante o verão, as primeiras horas da manhã e o final da tarde são ideais para o trabalho na lavoura, por isso a mobilização diária se concentra entre 10h e 15h [...]”* (GHISI, 2020). E assim do final de dezembro de 2019 até março de 2020, todos os dias cerca de 30 pessoas se faziam presentes montavam a feira de alimentos, realizavam celebrações religiosas, entoavam canções, declamavam poesias e diariamente renovaram as forças e esperanças. A ação foi encerrada devido a pandemia do vírus Sars-Cov-2, mas durante o tempo que manteve-se ativa contou com diversos apoios, visitas de parlamentares, religiosos, jornalistas, pesquisadores, entre outros.



Fonte: Página (Facebook) Resistência Camponesa Oeste do Paraná
(<https://www.facebook.com/resistenciacamponesaouestpr/photos>).

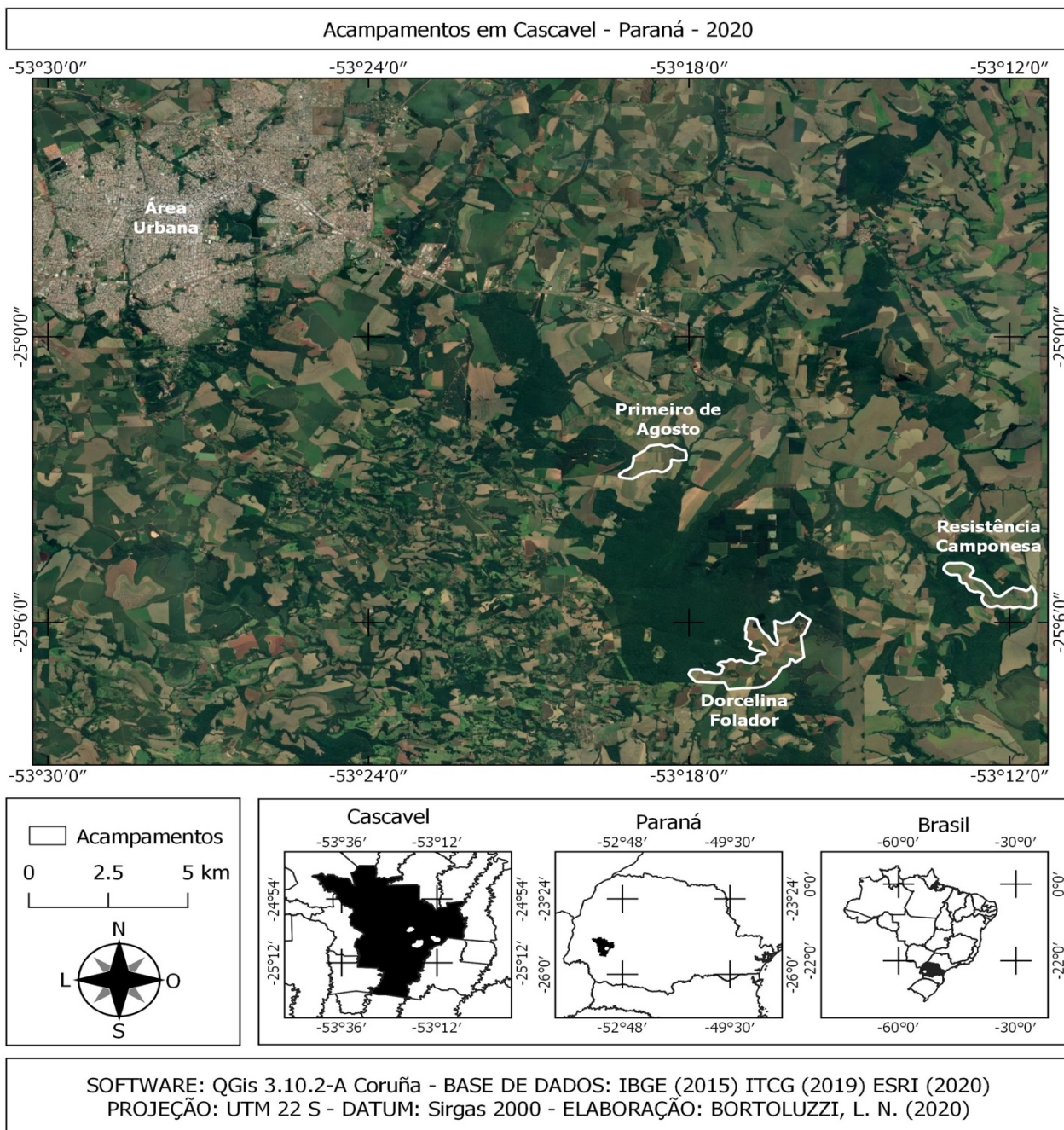
Dentre as conquistas e ações de fortalecimento destacamos a Nota de solidariedade da Associação de Estudos Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), nota de solidariedade do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba (Sismmac) e o voto de louvor protocolado na Câmara Municipal de Cascavel pelo vereador Paulo Porto. Também teve início uma exposição itinerante de fotos que mostrava a rotina da vigília e o cotidiano das famílias e, numa das últimas atividades da vigília, foi celebrada missa pelo bispo da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) Dom Manoel João Francisco.

Os inúmeros apoios e a visibilidade nacional que a Vigília Resistência Camponesa alcançou, possibilitou em fevereiro de 2020, a Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), reivindicar sua atuação no caso a qual determinou a suspensão do despejo das famílias. O pedido foi atendido a reintegração de posse foi suspensa por 90 dias a partir do início de fevereiro de 2020.

ACAMPAMENTOS PRIMEIRO DE AGOSTO, RESISTÊNCIA CAMPONESA E DORCELINA FOLADOR³

Os acampamentos Primeiro de Agosto, Resistência Camponesa e Dorcelina Folador se localizam no município de Cascavel (Mapa 1), na região Oeste do Paraná, em uma área sob controle do Complexo Cajati. Essas áreas estão ocupadas há cerca de 20 anos, sendo que os acampamentos Resistência Camponesa e Dorcelina Folador foram formados em 1999, e o Primeiro de Agosto em 2004.

³ Os dados apresentados na sequência compõem o relatório de diagnóstico socioeconômico das famílias dos acampamentos que está sendo elaborado por pesquisadores do Laboratório e Grupo de Pesquisa de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) em conjunto com técnicos que atuam nos acampamentos. O respectivo relatório é composto por um conjunto de dados coletados por meio de entrevistas/questionários aplicados a todas as famílias dos acampamentos.



Atualmente nos três acampamentos vivem 176 famílias, as quais trabalham na produção de alimentos para o próprio consumo e para obter renda familiar. Os acampamentos apresentam uma produção bastante diversa, seja ela animal ou vegetal, com destaque para a criação de galinhas, e para a produção agrícola, com a colheita de mais de 20000 toneladas de milho por ano.

Figura 2 - Cotidiano das famílias dos Acampamentos Primeiro de Agosto, Resistência Camponesa e Dorcelina Folador



Imagem 1: Acesso ao Acampamento Primeiro de Agosto (Foto: Ednubia Ghisi); Imagem 2: Campo de futebol - lazer está presente no Acampamento Resistência Camponesa (Foto: Diangela Menegazzi); Imagem 3: Família de agricultores do Acampamento Resistência Camponesa (Foto: Diangela Menegazzi); Imagem 4: Famílias do Acampamento Dorcelina Folador trabalham na criação de peixes (Foto: Ednubia Ghisi); Imagem 5: Igreja no Acampamento Dorcelina Folador (Foto: Ednubia Ghisi); Imagem 6: Igreja de comunidade evangélica, no acampamento Resistência Camponesa (Foto: Ednubia Ghisi).

Grande parte das famílias possui menos de um alqueire de terra para produzir seus alimentos. Espaço este, bem inferior a metade de um módulo fiscal rural. Ainda assim, a relação dos agricultores com a terra é muito perceptível, pois 95% deles têm como fonte de renda familiar principal, atividades ligadas ao campo. Cerca de 75% destes dedicam-se apenas à agricultura e 20% trabalham com agricultura e pecuária. Há também uma pequena parcela dos acampados cuja renda familiar principal provém de outras profissões, como professor, artesão e diarista.

O desenvolvimento da agricultura e pecuária não dependem apenas do trabalho humano, mas principalmente das condições naturais. Sendo assim, em relação aos dificultadores da produção, 21,8% dos entrevistados alegaram que a seca é um dificultador, enquanto 8,6% dos acampados apontaram o excesso de chuva como fator desfavorável. Lembrando que, a produção agrícola nas comunidades é diversificada,

logo, variedades que são plantadas em períodos de muita chuva podem sofrer danos, da mesma forma que variedades cujo período de cultivo é em tempos de seca. Ainda, 13% dos entrevistados alegaram que as pragas estão entre os problemas de produção. Também, 7% dos entrevistados apontaram a qualidade do solo como fator que pode dificultar o desempenho da produção, além disso, outros 7% indicaram que o acesso limitado à água para os animais dificulta o desenvolvimento destes.

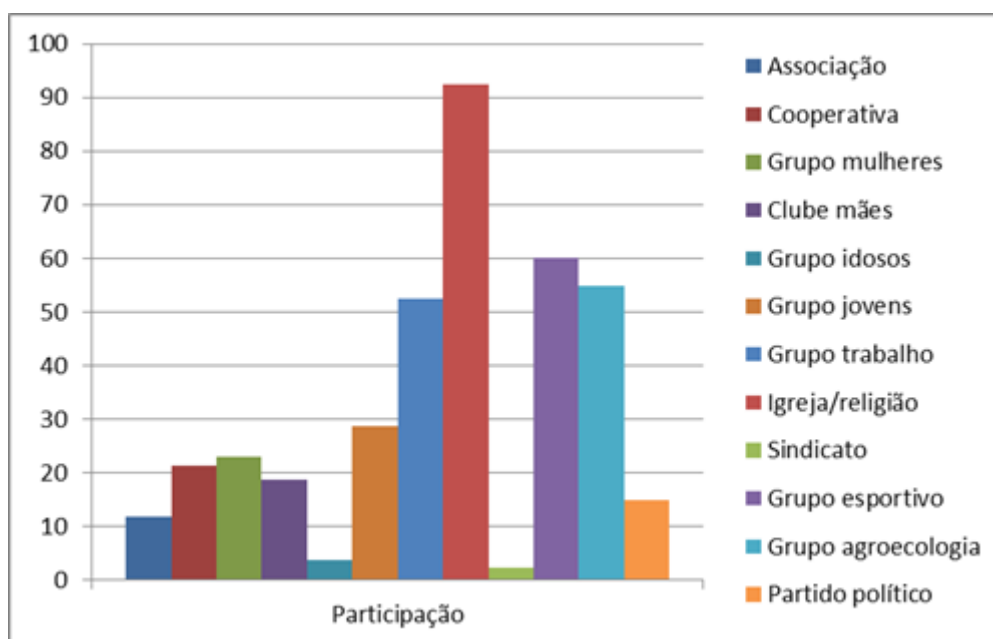
Além das dificuldades naturais para a produção agrícola, a falta de assistência por parte de entidades especializadas também afeta o desenvolvimento da produção, mesmo que em menor proporção. Dentre esses fatores destaca-se, falta de crédito indicada por 19% dos entrevistados, falta de informação citada por 9% e o fato de não receberem Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), indicado por 13% dos entrevistados.

Em relação ao nível de escolaridade dos acampados, aproximadamente 50% não possui o ensino fundamental completo. Isso pode ser entendido pelo grande número de pessoas com mais de 40 anos, que em sua idade escolar não tiveram a oportunidade de concluir os estudos, pois moravam no campo e tinham que ajudar a família na roça, além da longa distância da casa para a escola. Lembrando que, muitas crianças ainda estão frequentando o ensino fundamental e são incluídas nesse percentual. Existe ainda um pequeno percentual dos agricultores (4%), que possui ou está frequentando o ensino superior. Dados que mostram a necessidade de estruturar educacionalmente o meio rural.

Conforme pesquisa de campo realizada nos acampamentos, 56,18% das famílias possuem renda mensal fixa, enquanto 43,82% não possuem. No entanto, o valor dessa renda fixa é inferior a um salário mínimo nacional (R\$ 1.039,00) para 65% das famílias. Tal característica reforça a importância e necessidade do espaço rural que as mesmas ocupam, pois, sem dúvidas, é esta condição, mesmo instável, que permite a sobrevivência destas famílias. Portanto, seria fundamental que o Estado atuasse no sentido de resolver a insegurança posta às famílias, garantindo a elas o acesso definitivo à terra.

As famílias dessas comunidades camponesas possuem organização econômica, educacional e social. Mantém vínculos pessoais e organização relacionados à religião/Igreja, produção, política, esporte, lazer, dentre outros. Embora hajam conflitos diversos, esses vínculos permitiram criar um ambiente favorável às famílias com desdobramentos na produção de alimentos, preservação do ambiente, trocas diversas (mercadorias, informações, saberes etc.), enfim, relações diversas entre os/as membros das comunidades e externas a elas, sobretudo, com a parte urbana do município de Cascavel. No Gráfico 1 é possível visualizar as principais formas de organização social e comunitárias presentes nas comunidades estudadas.

Gráfico 1: Tipos de organização social e comunitária (%)



Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

As agregações sociais nos referidos acampamentos são construídas a partir de laços de confiança entre as pessoas, indicando aproximações pessoais e afinidades de valores na esfera econômica, política, gênero etc. As agregações construídas a partir de afinidades e laços comunitários de confiança se constituem também como indicador e condição para alcançar o desenvolvimento nas suas diferentes perspectivas, sintetizados na concepção de desenvolvimento territorial.

Uma prática que sempre foi muito comum entre camponeses é a “troca de dias de serviço”, é uma demonstração de solidariedade com o próximo, mas também é relacionada às dificuldades financeiras para pagar diaristas para o trabalho na roça. A pesquisa realizada nas comunidades mostra que essa prática ainda é muito frequente, sendo cerca de 70% dos camponeses trocam dias de serviço com outros membros da comunidade.

A organização social e comunitária das famílias carece de reforço, condição e indicativo, como destacado anteriormente, de desenvolvimento. O deslocamento das comunidades do seu território trará um conjunto de perdas e prejuízos, não somente para as famílias despejadas, mas também para o conjunto da sociedade local, uma vez que esse local não poderá contar com a participação das famílias nas atividades religiosas, produtivas, esportivas etc. A desagregação social das famílias implica na quebra dos laços de solidariedade construídos na trajetória de existência das comunidades, desdobrando-se em vulnerabilidades e problemas sociais diversos. Isoladas, as famílias perdem o “espírito” comunitário e solidário, características dos territórios camponeses, a exemplo das comunidades Resistência Camponesa, Primeiro de Agosto e Dorcelina Folador.

Em vista do exposto indica-se a necessidade social e econômica de fortalecimento e garantia da territorialização estável das famílias dos respectivos acampamentos. Reitera-se que a solução da problemática em que elas estão inseridas passa pelo fortalecimento territorial das mesmas e que a dissolução poderá trazer efeitos negativos para o conjunto da sociedade e onerar a já fragilizada dinâmica econômica do Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conjuntura da questão agrária no Paraná nos revela que se em escala de Estado a reforma agrária está criminalizada e suprimida do debate político enquanto projeto de nação. Os camponeses cientes de seu papel social vêm pondo em movimento e evidenciando à sociedade a urgência e importância da reforma agrária. Ao tempo em que partilham os seus alimentos, frutos da terra e do trabalho indicam que a reforma agrária é uma luta de todos.

Nessa mesma perspectiva é que os camponeses dos acampamentos Dorcelina Folador, Primeiro de Agosto e Resistência Camponesa alicerçam sua resistência pondo em relevo o papel da sociedade como um todo na tarefa de defesa da reforma agrária.

REFERÊNCIAS

BRASIL DE FATO. **Comunidades do MST Paraná doam 10 toneladas de alimentos em Cascavel**. Disponível em: <https://cutt.ly/XgODOTI>. Acesso em setembro de 2020.

BRASIL 247. **Lava Jato usou lei dos EUA para punir empresas brasileiras em conjunto com governo americano**. Brasil 247, 21 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.brasil247.com/poder/lava-jato-usou-lei-dos-eua-para-punir-empresas-brasileiras-em-conjunto-com-governo-americano>. Acesso em agosto de 2020.

CEBS (COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE/Regional Sul 2). **Terra, trabalho e teto**. Nota da ampliada das CEBS Regional Sul 2. 2019. Disponível em: <https://cebsdobrasil.com.br/2019/09/01/terra-trabalho-e-tetonota-da-ampliada-das-cebs-regional-sul-2/>. Acesso em: 10 de setembro de 2019.

DATALUTA/PR. **Banco de dados da luta pela terra – Paraná**. Marechal Cândido Rondon: GEOLUTAS. 2020.

EL PAÍS. “A solução mais fácil era botar o Michel” - Os principais trechos do áudio de Romero Jucá. São Paulo, 24 de maio de 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/24/politica/1464058275_603687.html. Acesso em agosto de 2020.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Território em disputa: terras (re)tomadas (Estado, propriedade da terra e luta de classes no Pontal do Paranapanema)**. Tese (doutorado), FFLCH, USP, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação de um movimento socioespacial**. in: LOPES, Áurea. *Vigília Lula livre: um movimento de resistência e solidariedade*. Buenos Aires: CLACSO, 2019.

GHISI, Ednubia. **Instituto Humanitas Unisinos** Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/595393-e-tempo-de-fazer-vigilia-permanente-diz-coordenador-do-mst-sobre-despejos-no-pr>. Acesso em setembro de 2020.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. **Notícias**. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/06/08/mst-pr-doa-10-toneladas-de-alimentos-saudaveis-em-cascavel/>. Acesso em outubro de 2020.

Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. **Notícias**. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/03/comunidade-do-mst-tem-lavouras-destruidas-por-fazendeiro-e-capangas-no-parana/>. Acesso em setembro de 2020.